Mudanças climáticas e a transição energética: caminhos para reconstrução da política externa brasileira

Jefferson dos Santos Estevo[1]

Laís Forti Thomaz[2]

Amanda Duarte Gondim[3]

Resumo: Em 2024, presidência do G-20 será do Brasil, caracterizando uma oportunidade de retomar o protagonismo de sua política externa, priorizando temas importantes de sua agenda. Dessa forma, com larga experiência e como segundo maior produtor de biocombustíveis, é relevante utilizar da presidência do G-20 para promover essa agenda, em paralelo com o protagonismo do país no combate às mudanças climáticas. Este artigo busca analisar como a agenda da mudança climática e transição energética, com o papel dos biocombustíveis, deve auxiliar na reconstrução da política externa brasileira, após os anos do governo anterior. Ainda, questiona como a presidência do Brasil no G-20 pode auxiliar a liderança do país na transição energética global e combate às mudanças climáticas. Assim, a pergunta que conduz o artigo é: como as pautas das mudanças climáticas e transição energética contribuem para reconstrução da política externa brasileira? A hipótese é que a presidência do G-20 fortalece a posição de líder do Brasil na busca por soluções globais, sobretudo para questões relacionadas à energia e ao meio ambiente, sendo o país o promotor de pautas e agendas. A utilização internacional dos biocombustíveis traz ganhos econômicos e contribui para uma narrativa internacional positiva, reforçando a influência do país no cenário global sobre clima e energia. A pesquisa trabalhará com análise de política externa brasileira, utilizando revisão da literatura, análise de discursos oficiais, exame dos relatórios do G-20, dados sobre produção de combustíveis do GBA e observação sobre as pautas da reunião do grupo no Brasil.
Palavras-chave: Mudanças climáticas; transição energética; política externa.

Climate change and energy transition: pathways to rebuilding the Brazilian foreign policy

Abstract: Brazil will hold the G-20 presidency in 2024, which will provide an opportunity to reclaim its leadership in foreign policy by prioritizing important issues on its agenda. With extensive experience and as the second-largest producer of biofuels, Brazil must leverage its G-20 presidency to promote this agenda alongside its leadership in combating climate change. This study aims to analyze how the agendas of climate change and energy transition, with the role of biofuels, should aid in the reconstruction of the Brazilian foreign policy after its previous government. Additionally, it explores how the Brazilian G-20 presidency can support its leadership in the global energy transition and the fight against climate change. Thus, the guiding question of this study is: How do the issues of climate change and energy transition contribute to the reconstruction of the Brazilian foreign policy? The hypothesis is that the G-20 presidency strengthens the Brazilian position as a leader in the search for global solutions, particularly for issues related to energy and the environment, with the country promoting relevant agendas. The international use of biofuels brings economic benefits and contributes to a positive international narrative, reinforcing the influence of Brazil in the global arena on climate and energy. This research will focus on the analysis of Brazilian foreign policy by using a literature review, analysis of official speeches, examination of G-20 reports, data on fuel production from the Global Biofuels Alliance, and observation of its meeting agendas in Brazil.
Keywords: Climate change; energy transition; foreign policy.

Cambio climático y transición energética: caminos para la reconstrucción de la política exterior brasileña

---

[1] Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Pós-Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg).

[2] Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG). É Assessora na Secretaria Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME) do Brasil. Visões e opiniões expressas são, no entanto, apenas do(s) autor(es) e não necessariamente refletem as do MME.

[3] Professora de Química do Petróleo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Resumen: La presidencia del G20 en 2024 estará a cargo de Brasil, lo que representa una oportunidad para recuperar el protagonismo de su política exterior, priorizando temas importantes en su agenda. De esta manera, con amplia experiencia y como el segundo mayor productor de biocombustibles, es relevante que Brasil utilice la presidencia del G20 para promover esta agenda, en paralelo con su protagonismo en la lucha contra el cambio climático. Este artículo pretende analizar cómo las agendas del cambio climático y la transición energética, con el papel de los biocombustibles, deben ayudar en la reconstrucción de la política exterior brasileña tras los años del gobierno anterior. Además, se analiza cómo la presidencia de Brasil en el G20 puede apoyar el liderazgo del país en la transición energética global y la lucha contra el cambio climático. Así, la pregunta que guía el artículo es: ¿Cómo contribuyen las cuestiones del cambio climático y la transición energética a la reconstrucción de la política exterior brasileña? La hipótesis es que la presidencia en el G20 fortalece la posición de liderazgo de Brasil en la búsqueda de soluciones globales, especialmente en cuestiones relacionadas con la energía y el medio ambiente, con el país como promotor de agendas relevantes. El uso internacional de los biocombustibles trae beneficios económicos y contribuye a una narrativa internacional positiva, reforzando la influencia del país en el contexto global, sobre clima y energía. Esta investigación se centrará en el análisis de la política exterior brasileña, utilizando revisión de literatura, análisis de discursos oficiales, examen de informes del G20, datos sobre la producción de combustibles del GBA y observación sobre las agendas de las reuniones del grupo en Brasil.
Palabras clave: Cambio climático; transición energética; política exterior.

Introdução

As emissões de gases de efeito estufa (GEE) estão provocando mudanças climáticas perceptíveis em todo o mundo, afetando de forma mais severa os países em desenvolvimento, que possuem menos recursos econômicos para enfrentá-las. Essas mudanças climáticas se manifestam por meio do aumento de eventos climáticos extremos, como variações na precipitação das chuvas, ondas de calor, tornados, secas e inundações, entre outras. O aumento da temperatura global intensifica esses riscos, muitos dos quais são irreversíveis (BECK, 2010). As iniciativas globais para cortar emissões tiveram início em 1992, na Conferência Rio 92, que resultou na criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Em 1997, na 3ª Conferência das Partes (COP), se estabeleceram, por meio do Protocolo de Quioto, metas de redução para os países desenvolvidos, entrando em vigor em 2001. Na 21°COP, em 2015, o Acordo de Paris solicitou que todos os países apresentassem voluntariamente medidas de mitigação de GEE, com a meta de limitar o aumento da temperatura a 2°C, almejando 1,5°C. Esse acordo mantém o “princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, exigindo mais ações dos países desenvolvidos devido às suas emissões históricas e às diferenças econômicas (ESTEVO, 2021).

Os GEE têm origem em diversos setores econômicos. Nos maiores emissores globais, como China, Estados Unidos, Índia e União Europeia, a principal fonte está na matriz energética, devido ao uso extensivo de carvão e petróleo. No

Brasil, 49% da energia é gerada a partir de fontes renováveis, e cerca de 90% da eletricidade provém de fontes limpas, hidrelétricas, eólicas e solares. Dessa forma, o Brasil apresenta perfil diferenciado, com as emissões relacionadas ao uso e mudança da terra no desmatamento (ESTEVO; FERREIRA, 2022). No âmbito global, a transição energética é central nas negociações sobre mudanças climáticas, sobretudo nas maiores economias globais. No final da 28ª COP, em 2023, realizada nos Emirados Árabes Unidos, foi alcançado um acordo histórico que marcou o "início do fim" da era dos combustíveis fósseis, assinalando a necessidade inadiável de uma transição energética global para alcançar os objetivos do Acordo de Paris (ESTEVO et al., 2024).

Assim, a mitigação dos riscos climáticos está diretamente relacionada à transição energética, e o Brasil tem papel importante nessas duas agendas, que são parte da política externa do atual governo de Lula da Silva. Em outubro de 2023, durante a 18ª Cúpula do G-20 na Índia, foi lançada oficialmente a Aliança Global de Biocombustíveis (AGB), proposição dos três principais produtores e consumidores globais de biocombustíveis: Estados Unidos, Brasil e Índia. O objetivo central da AGB é estabelecer padrões internacionais para a produção sustentável de biocombustíveis, promovendo práticas de produção social e ambientalmente responsáveis. Isso não apenas fortalece a segurança energética global, como também contribui para a redução das emissões de GEE em todo o mundo. Ao total, a AGB conta com 24 países e 12 organizações internacionais (ABOUT GLOBAL BIOFUELS, 2023).

Essa iniciativa é especialmente importante, pois muitas discussões nacionais e internacionais frequentemente subestimam o papel crucial que os combustíveis renováveis podem ter no combate às mudanças climáticas. Além disso, para muitos países, os biocombustíveis são uma alternativa vital para garantir a segurança energética e reduzir a dependência do petróleo. O Brasil, com sua vasta experiência e conhecimento, está preparado para fornecer informações valiosas sobre a conexão entre os dois temas, transição energética e mudanças climáticas, tendo os biocombustíveis papel essencial para uma transição bem-sucedida para longe dos combustíveis fósseis. Para o Brasil, a criação de um mercado global de biocombustíveis é de extrema importância, pois consolida suas políticas atuais. Em dezembro de 2023, o país assumiu a presidência do G-20, sendo o anfitrião da

Cúpula Anual de Líderes do G-20 em setembro de 2024, no Rio de Janeiro (ESTEVO et al., 2024).

A gestão de governo de Lula da Silva, iniciada em 2023, pretende uma reconstrução de sua política externa, após os quatro anos do governo de Jair Messias Bolsonaro. Dessa forma, esses dois temas – transição energética e mudanças climáticas – aparecem como caminhos importantes para retomada da imagem do Brasil nas relações internacionais. Para tanto, a presidência do G-20 expressa-se como uma direção para a reconstrução, com o Brasil na proposição de pautas e de agendas. Este artigo visa explorar esse período atual da política externa brasileira, de reconstrução, destacando os papéis das mudanças climáticas e transição energética, com ênfase nos biocombustíveis, já que estes são essenciais para ambas as agendas.

Desafios para reestruturação da política externa brasileira

A política externa do Brasil, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, está passando por uma significativa transformação em comparação ao governo anterior. A partir da posse de Lula em janeiro de 2023, uma série de mudanças estratégicas têm sido implementadas para reposicionar o Brasil no cenário global e recuperar e fortalecer sua imagem, especialmente em temas como meio ambiente, direitos humanos, relações Sul-Sul, integração regional e relações com grandes potências, como China e Estados Unidos, sem exclusão (LIMA, 2023; LOPES, 2023; WAISBICH, 2024).

O discurso de posse do atual chanceler, Mauro Vieira, delineou uma política externa abrangente: “crescimento econômico, meio ambiente, agricultura, educação, cultura, ciência, tecnologia e inovação, direitos humanos, desenvolvimento social e defesa” (DISCURSO DO EMBAIXADOR, 2023). Ainda, ele enfatizou a necessidade de resgatar o lugar do Brasil nas relações internacionais, “[…] Com bom senso e muito trabalho e dedicação, reconquistaremos nosso lugar” (DISCURSO DO EMBAIXADOR, 2023), com um foco em temas atuais da agenda internacional, em particular mudança climática, cooperação humanitária e fortalecimento de instituições globais. A autonomia na política externa, conforme destacado por Vieira, deve ser conquistada por meio de determinação e um claro senso de propósito, especialmente em um ambiente global altamente polarizado – China e Estados Unidos – e conflituoso – Ucrânia e Rússia (LOPES, 2023; WAISBICH, 2024).

Logo após sua eleição, Lula visitou a COP-27 no Egito, sinalizando o compromisso do Brasil com a questão ambiental. Em seu terceiro mandato, o presidente tem se concentrado em recalibrar as ambições da política externa brasileira, promovendo uma diplomacia mais audaciosa e articulando a necessidade de uma nova ordem global, sobretudo mais multilateral, e também a "retomada do protagonismo na diplomacia ambiental" (LOPES, 2023). A ênfase atual recai sobre a economia verde e a governança ambiental, pautada nas "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", que também eram base dos seus governos anteriores (ESTEVO, 2021).

A gestão de Lula tem buscado reverter a imagem isolacionista e de desmonte de políticas ambientais do governo anterior (ESTEVO; FERREIRA, 2022; MENEZES; BARBOSA JÚNIOR, 2021). Esse reposicionamento inclui esforços para fortalecer compromissos ambientais internacionais, como a reativação do Fundo Amazônia e a negociação para sediar a COP-30 em Belém, na Amazônia brasileira. Além disso, o governo Lula tem se empenhado em reforçar a segurança e o patrulhamento na Amazônia, evidenciando um renovado ativismo na agenda ambiental no empenho sobretudo na redução do desmatamento desse bioma, tema sempre recorrente na agenda internacional do país (LOPES, 2023; WAISBICH, 2024).

A reaproximação com os países do Sul Global também tem sido uma prioridade, com Lula alocando mais pessoal diplomático em regiões estratégicas e buscando renovar laços com a África. A participação ativa em fóruns internacionais e a busca por uma maior inclusão dos países do Sul Global nos grandes fóruns de segurança e governança ambiental refletem um esforço consciente de fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional. A reconstrução da política externa brasileira não é apenas um retorno ao *status quo* anterior, mas uma projeção em um novo contexto global e regional. A liderança de Lula na agenda climática e ambiental é vista como central para a cooperação regional e a inserção do Brasil em discussões multilaterais, mas sobretudo uma reconstrução, em um dos temas mais transformados na gestão Bolsonaro (ESTEVO; FERREIRA, 2022; MENEZES; BARBOSA JÚNIOR, 2021).

A política externa não é estática – ela está em constante mudança, sobretudo com a transição entre governos. Não é diferente no caso do Brasil, ocorrendo ajustes, em diferentes graus, nas transições entre presidentes. O que não tem ocorrido de forma usual é uma ruptura completa na política externa. Em alguns

temas da agenda, diferentes governos tendem a modificar ou alinhar suas políticas exteriores, mas em geral, não há mudanças bruscas. No que tange à política externa ambiental nesse período, diferentes presidentes têm realizado, justamente, ajustes (ESTEVO, 2021).

A escolha do chanceler Ernesto Araújo pelo então presidente Jair Bolsonaro, ambos admiradores de Donald Trump, do Ocidente e do cristianismo, comprovou naquele momento o redirecionamento no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Apesar da ideia de afastamento do Partido dos Trabalhadores (PT) na gestão Temer, com Bolsonaro tudo o que havia ocorrido antes deveria ser modificado. A crítica maior estava na aliança com países comunistas, até mesmo com a China, principal parceiro comercial do Brasil (HIRST; MACIEL, 2022; LIMA; ALBUQUERQUE, 2019; SARAIVA; SILVA, 2019). Na área de mudança do clima, nas eleições, a ruptura já estava anunciada, com a negação do presidente em sediar a COP-25 e o anúncio de possível retirada do Acordo de Paris, alinhando-se com Trump dos Estados Unidos. A política climática é um dos exemplos mais claros de ruptura com os governos anteriores, ocorrendo uma reorientação internacional. Um país antes líder das negociações globais passou a sugerir a saída do principal acordo climático e, ainda, conforme as ideias do chanceler Araújo, tornar-se um Estado cético das mudanças climáticas (CASARÕES; FARIAS, 2021; CASARÕES; FLEMES, 2019; ESTEVO; FERREIRA, 2022; MENEZES; BARBOSA JÚNIOR, 2021).

Nas negociações do clima, o Brasil não manteve um diálogo multilateral, mas endureceu a ideia da soberania em detrimento ao global. No plano doméstico, alinhado ao exterior, ocorreram os discursos contrários do presidente à proteção ambiental e aos povos originários, o que despertou críticas de outros países e líderes. O Brasil retoma as ideias e a imagem do período da ditadura militar. O aumento do desmatamento e uma política contrária ao meio ambiente tornaram-se temas da política externa, com críticas de outros governos, sobretudo Alemanha e França (CASARÕES; FLEMES, 2019). Em sua defesa, assim como ocorria na ditadura, o Brasil expôs o discurso soberanista e de que os países desenvolvidos não preservaram suas florestas. Esse novo discurso era transmitido para a área de política externa climática, por meio do presidente e do ministro Ricardo Salles, que acreditava que o país precisa resolver outros problemas domésticos e desenvolver a região amazônica (ESTEVO, 2021).

Um importante fator para a ruptura com a tradição política externa climática foi o aumento considerável do desmatamento, sendo 2019 o ano com maior índice após 10 anos. Diferentemente do governo Temer, não ocorreram tentativas de justificativas ou mesmo abertura para diálogo – a diretriz foi da soberania, de que o Brasil precisava se desenvolver e dar continuidade aos projetos necessários, mesmo que fosse necessário o desmatamento. O discurso estava alinhado com a base do governo, que esteve muito próximo da bancada ruralista (ESTEVO; FERREIRA, 2022; MENEZES; BARBOSA JÚNIOR, 2021). Consequentemente, a pressão internacional para preservação ambiental e políticas de redução do desmatamento foram vistas, pelos apoiadores do presidente, como ameaças à soberania e impedimento do crescimento econômico. Um segundo fator, que se conecta à questão do risco, é a mudança de burocracia. O chanceler Ernesto Araújo era abertamente cético em relação ao aquecimento global: para ele, não existem evidências concretas do aquecimento e da mudança do clima. Entretanto, ele defendia que ocorria uma tentativa de obstrução do desenvolvimento dos países capitalistas, para benefício da China. O chanceler utilizava o termo *climatismo*, que segundo ele não aceita dados contrários. Araújo e Ricardo Salles foram essenciais para a ruptura da diplomacia climática (ESTEVO, 2021).

Dessa forma, um dos temas centrais para reconstrução na gestão de Lula da Silva é a diplomacia climática. Para tanto, junto com outras questões nacionais, a retomada do protagonismo ambiental é de suma importância, tema no qual o Brasil sempre fora liderança. Em uma iniciativa para retomar o protagonismo climático, o presidente Lula fez sua primeira viagem internacional como eleito para a COP-27, indicando a relevância dessa pauta em sua política externa. Nesse evento, Lula fez um discurso muito marcante: “Não por acaso, a frase que mais tenho ouvido é a seguinte: o mundo estava com saudade do Brasil […] E quero dizer para vocês que o Brasil está de volta” (ANJOS, 2022).

No plano doméstico, a agenda de clima, no que tange sobretudo à redução do desmatamento e preservação do meio ambiente, tem respaldo em diversos setores da sociedade, com maior atuação dentro da política. No congresso nacional, o negacionismo das mudanças climáticas é base para pautas e projetos para menos proteção ambiental, como reduções de áreas de preservação. Dessa forma, se não existe a emergência climática, se a proteção das florestas não é necessária, leis e ações de proteção não são necessárias, avançando a pauta de não preservação no

congresso, o que aconteceu sobretudo na gestão Bolsonaro (MENEZES; BARBOSA JÚNIOR, 2021; MIGUEL, 2022). De acordo com Miguel (2022, p. 297): “Precisa-se, portanto, avançar na compreensão de um conjunto de esforços diversos e conectados que constituem o negacionismo climático como dispositivo estratégico contra a governamentalização ambiental”.

Em síntese, a política externa de Lula está marcada por um esforço consciente de reconstrução e reposicionamento do Brasil no cenário internacional. A ênfase na governança ambiental, reaproximação com o Sul Global e participação ativa em fóruns internacionais são pilares dessa nova abordagem. Apesar dos desafios internos, a política externa do governo Lula busca afirmar o Brasil como potência ambiental e líder global em questões climáticas, promovendo uma agenda de desenvolvimento sustentável e cooperação internacional. Nesse âmbito, a presidência do G-20 e a participação como uma das lideranças no AGB colocam os temas ambientais e de transição energética no centro da agenda internacional. O país tem grande relevância nessas áreas, podendo se beneficiar dessa mudança. Porém, como ressalta Miguel (2022), a agenda nacional negacionista climática, que ganhou respaldo nos últimos anos, é um entrave para políticas nacionais de proteção ambiental, sobretudo em um congresso com grande base do agronegócio, podendo atravancar a política externa ambiental indicada no governo Lula.

Mudanças climáticas e transição energética, condutores da reconstrução da política externa brasileira

A sustentabilidade ambiental é um dos pilares centrais da agenda brasileira do G-20 . Sob o tema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o Brasil busca não apenas reduzir a fome, a pobreza e a desigualdade globalmente, como também promover um desenvolvimento socioambiental por meio de uma transição ecológica justa e inclusiva. Essa abordagem coloca o país como protagonista da defesa de políticas ambientais robustas e da promoção de um crescimento econômico que respeite os limites do planeta. Sob a liderança de Lula da Silva, o governo brasileiro tem enfatizado a necessidade de ações concretas para enfrentar o aquecimento global e promover uma economia mais sustentável (LOGOMARCA TRADUZ, 2023).

As mudanças climáticas são um dos maiores desafios globais contemporâneos, exigindo uma resposta coordenada e ambiciosa. O Brasil, com

sua vasta biodiversidade e recursos naturais, desempenha um papel vital na regulação climática global. Durante a presidência do G-20, o governo Lula tem priorizado o discurso sobre a preservação ambiental e a luta contra o desmatamento, promovendo a importância da Amazônia não apenas como um recurso nacional, mas como um bem global essencial para a estabilidade climática. Desde o final da Cúpula de 2023, na Índia, o Brasil anunciou a criação da mobilização global contra a mudança do clima (MGMC), iniciativa que visa articular esforços internacionais para garantir uma agenda climática equilibrada até a COP 30 em 2025, abrangendo mitigação, adaptação, perdas e danos, além de financiamento para assegurar a sustentabilidade global e a dignidade das populações afetadas (FORÇA-TAREFA, 2024).

A divisão das tarefas do G-20, as duas trilhas, possuem bastante destaque para o meio ambiente. Além da mencionada mobilização, na trilha de finanças, existe o Grupo de Trabalho Finanças Sustentáveis. Na Sherpas, fica ainda mais evidente a relevância ambiental, com o Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental e Climática, a Iniciativa de Bioeconomia e outras iniciativas relacionadas à pauta, como o Grupo de Trabalho de Redução do Risco de Desastres e Grupo de Trabalho de Agricultura (ESTEVO; RIBEIRO, 2024; LOGOMARCA TRADUZ, 2024). As reuniões estão ocorrendo ao longo do ano – no total, serão cinco encontros da MGMC, que está conectada com as duas trilhas, sob presidência do MRE, mas com participação do Ministério da Fazenda e do Meio Ambiente. O Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Ambiental se encontrará quatro vezes, assim como o da Bioeconomia.

No G-20, estão concentrados cerca de 80% da economia mundial e das emissões de GEE. Dessa forma, o tema das mudanças climáticas precisa estar presente nas discussões. Como o Brasil tradicionalmente advoga as responsabilidades históricas, a presidência brasileira no G-20 também tem focado em expandir o diálogo sobre financiamento climático. Reconhecendo a disparidade existente entre os investimentos destinados aos países desenvolvidos e aqueles disponibilizados aos países em desenvolvimento, o Brasil busca promover uma maior cooperação internacional nessa área, o que inclui a mobilização de recursos financeiros. Em reunião do MGMC, o embaixador Corrêa do Lago enfatizou a importância do financiamento: “quais são os obstáculos para que os países tenham

acesso a mais recursos para acelerar a transição para uma economia que incorpore a mudança do clima" (FORÇA TAREFA DE CLIMA, 2024).

Além da mitigação das mudanças climáticas, o Brasil tem destacado a importância da transição energética. O país possui uma matriz diversificada, com grande capacidade de produção de energia hidrelétrica e um potencial significativo para a expansão de fontes renováveis como solar e eólica. Durante a presidência do G-20, o governo brasileiro tem promovido a necessidade de uma transição global para fontes de energia limpa e renovável, incentivando políticas que suportem a descarbonização da economia e reduzam a dependência de combustíveis fósseis. Para o país, que detém expertise na área de energia limpa, é natural buscar um posicionamento internacional de destaque nesse tema, "de modo que, neste caso, não lhe cabe bem o figurino de potência fraca" (LIMA, IVES, 2024, p. 109).

Assim como a pauta climática, a transição energética tem um papel essencial nas negociações e debates do G-20. A ideia central está dividida em três eixos principais: uma maior conexão financeira, buscando interligar investimentos com projetos de energias renováveis; uma transição energética justa, incluindo o maior número de países em desenvolvimento e com menor capital financeiro; e o desenvolvimento do mercado de combustíveis sustentáveis, no qual o Brasil é um dos principais atores globais (O BRASIL NO G20, 2024). O GT de Transições Energéticas tem a liderança do Ministério de Minas e Energia, na figura do ministro Alexandre Silveira, que ressaltou a importância do tema e da presidência brasileira: "Agora que o Brasil assumiu a presidência do G20, temos o fórum necessário para consolidar os biocombustíveis como vetores importantes para promover a transição energética" (EM DAVOS, 2024).

O tema recebeu destaque durante a cúpula anterior, na Índia, país que tem buscado uma menor dependência do petróleo, modificando sua matriz energética, sobretudo no investimento em etanol e demais biocombustíveis. Nesse sentido, utilizando de sua presidência do G-20, o país lançou a AGB, com intuito de difundir esta pauta. Para o Brasil, segundo maior produtor de biocombustíveis do mundo, esse é um tema-chave para sua política externa, lançando ainda mais a posição de um país preocupado com a transição energética limpa e redução das mudanças climáticas. Dessa forma, é essencial alavancar o país como potência dos biocombustíveis, promovendo a produção nacional, até para exportação (ESTEVO et al., 2024). A AGB ainda está em fase inicial, mas é mais uma alternativa para

inserção do Brasil nas principais negociações internacionais, trabalhando em conjunto com países importantes, levando uma imagem positiva.

No plano doméstico, em alinhamento com a presidência do G-20, o Governo Federal elaborou o Projeto de Lei Combustível do Futuro (CF), que propõe a integração de combustíveis sustentáveis no setor de transportes do Brasil, incluindo etanol, diesel verde e armazenamento de carbono. Além disso, o governo criou o Programa Nacional de Combustível de Aviação Sustentável (ProBioQAV), que exige redução das emissões do setor aéreo em 1% a partir de 2027, aumentando para 10% até 2037. O CF visa promover a produção nacional de biocombustíveis e melhorar a imagem do país na mitigação de emissões, além de consolidar as políticas de mudança climática e biocombustíveis, sendo essencial para a política externa brasileira (ESTEVO et al., 2024).

Com a presidência do G-20, o país pode indicar as pautas. Dessa forma, o tema ambiental, em diferentes âmbitos, está no centro da política. Além das mudanças climáticas e transição energética, ocorre na trilha Sherpas um grupo de trabalho concentrado em redução dos riscos e desastres, tema de suma relevância, com o país recentemente enfrentando eventos extremos. Outro grupo de trabalho, sobre sustentabilidade ambiental e climática, também vem trabalhando com adaptação às mudanças climáticas, além de dedicar a agenda para oceanos, resíduos, financiamento e economia circular. Na trilha finanças, ocorre o Grupo de Trabalho Finanças Sustentáveis, que visa mobilizar recursos financeiros sustentáveis para assegurar o crescimento e a estabilidade global, promovendo sociedades e economias mais verdes. O grupo se esforça para alinhar o sistema financeiro internacional aos objetivos estabelecidos pela Agenda 2030 e pelo Acordo de Paris (FORÇA-TAREFA, 2024).

Dessa forma, o G-20 tem o tema ambiental em seu espaço de debates, com diferentes áreas de atuação, mas demonstrando que os riscos climáticos, irreversíveis, estão na agenda do Brasil e do mundo. Para o país anfitrião, no caso da Índia, a iniciativa tomada foi a inserção dos biocombustíveis, finalizando com a criação do AGB. “A presidência brasileira no G20 representa uma grande oportunidade de exercício do protagonismo brasileiro aos olhos do mundo, sinalizando que o Brasil é um país atento às agendas globais” (ESTEVO; RIBEIRO, 2024). Para o Brasil, existe a importância no combate à fome e à pobreza. Sobretudo, há a participação do meio ambiente como pauta da política externa de

Lula III, com ênfase nas mudanças climáticas e energias renováveis, dois temas em que o Brasil tem destaque internacional.

Considerações finais

Em resumo, a presidência do Brasil no G-20 em 2024 tem se destacado pela promoção de uma agenda ambiental ambiciosa e pela liderança na busca por soluções sustentáveis e inclusivas. Ao focar em temas como mudanças climáticas, bioeconomia, financiamento climático e transição energética, o Brasil reafirma seu papel como ator-chave no cenário global, buscando harmonizar crescimento econômico com proteção ambiental e justiça social. A presidência do G-20 pelo Brasil não apenas coloca o país no centro das discussões globais sobre mudanças climáticas e transição energética, como também oferece uma oportunidade para o Brasil reafirmar seu papel como líder ambiental. As reuniões realizadas até agora têm mostrado o compromisso do governo Lula com uma agenda climática ambiciosa, baseada na cooperação internacional, na justiça climática e na promoção de uma economia sustentável. Se essas iniciativas forem bem-sucedidas, elas não apenas ajudarão a enfrentar a crise climática global, mas também fortalecerão a posição do Brasil como um protagonista influente na política ambiental internacional.

Os dois temas são essenciais para a inserção do Brasil nas relações internacionais. Sobre as mudanças climáticas, o governo Lula visa retomar o que era padrão na política externa brasileira, sendo um país ativo e protagonista nas negociações e ações sobre mudanças climáticas. Na presidência do G-20, fica evidente a relevância do tema, com o MGMC, além da participação de Lula na COP-28 e a consolidação do Brasil como sede da COP-30. Dessa forma, fica evidente o protagonismo do tema na política externa. No âmbito energético, apesar de não haver ocorrido mudanças significativas do governo anterior, busca-se um protagonismo brasileiro no tema, sobretudo com os biocombustíveis e sua importância para a mitigação climática. Assim, essa agenda é central no G-20, também com esforços para avançar a AGB.

A política externa de Lula busca rever a posição do Brasil nas relações internacionais, retomando espaços perdidos pela gestão anterior. Assim, a inserção em temas antes protagonizados pelo país, como clima e energia, é prioridade. A presidência do G-20 tem auxiliado para indicar a preocupação do governo com esses temas, junto com justiça social e uma reforma do sistema global. Ao longo de

2024, com as negociações e debates, o Brasil poderá pautar os temas, buscando rever seu posicionamento e destaque internacional. Ao final, observamos os resultados alcançados, mas o movimento de mudança da política externa, em relação ao de Bolsonaro, já é um enorme avanço para o país, saindo da posição de pária internacional para protagonista, sobretudo nas áreas de mudanças climáticas e transição energética.

Na análise sobre a política externa brasileira, em geral, ocorrem pequenos ajustes, não excessivos. Na gestão de Bolsonaro, no tema ambiental, ocorreram mudanças significativas, ruptura com toda uma política externa climática. O que observamos agora, na gestão Lula, é a retomada do caminho e a revisão do que ocorreu, recolocando o país no centro das negociações, em um tema que lhe é de suma importância, como demonstrado dentro das trilhas de negociações do G-20. No plano doméstico, de suma importância para a política externa, o negacionismo climático, com respaldo para avanços de leis para redução da proteção ambiental no congresso, pode trazer obstáculos para a política climática do governo. Ainda, no âmbito energético, a preservação da utilização dos combustíveis fósseis, sobretudo o petróleo, com a busca por nova exploração, como na Foz do Amazonas, pode indicar uma política dúbia, com avanço na mitigação, mas mantendo a utilização de fósseis. É necessário indicar que o país, mesmo com uma matriz energética muito mais limpa que outras grandes economias, também precisa passar por uma transição energética, sendo ainda necessária utilização de fósseis, mas no caminho para sua substituição nos próximos anos.

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) – PD&I nº 04/2023 - CEHTES

Referências

“ABOUT GLOBAL BIOFUELS Alliance (GBA): new phase of leadership on energy transition”. **Ministry of Petroleum and Natural Gas**, 10 set. 2023.

ANJOS, Anna Beatriz. “Na COP27, Lula inicia retorno do Brasil à agenda global de combate às mudanças climáticas”. **Pública**, 19 nov. 2022.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. “Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order”. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 35, n. 5, p. 741-

761, out. 2021.

CASARÕES, Guilherme; FLEMES, Daniel. “Brazil First, climate last: Bolsonaro’s foreign policy”. **GIGA Focus**, n. 5, p. 1-13, set. 2019.

“DISCURSO DO EMBAIXADOR Mauro Vieira por ocasião da posse no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores”. **Gov.br**, 4 jan. 2023.

“EM DAVOS, Silveira propõe agência internacional de fomento a biocombustíveis”. **Eixos**, 18 jan. 2024.

ESTEVO, Jefferson dos Santos. **Riscos e mudanças climáticas: os casos de Brasil e China (2011-2019)**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

ESTEVO, Jefferson dos Santos; FERREIRA, Leila da Costa. A política externa do governo Bolsonaro para mudanças climáticas: ruptura negativa e os riscos. In: GONÇALVES, Fernanda Nanci; LOUREIRO, Gustavo do Amaral; MELLO, Beatriz Bandeira de (Orgs.). **Política externa no governo Bolsonaro: temas, resultados e retrocessos**. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2022. p. 203-229.

ESTEVO, Jefferson dos Santos; RIBEIRO, Alina. “O Brasil na presidência do G20 Financeiro: agendas, dinâmicas e desafios”. **Boletim Lua Nova**, 26 jan. 2024.

ESTEVO, Jefferson dos Santos; THOMAZ, Laís Forti; GONDIM, Amanda Duarte. “A Aliança Global de Biocombustíveis e a presidência do Brasil no G-20”. **Boletim Lua Nova**, 24 abr. 2024.

“FORÇA-TAREFA DE CLIMA do G20 debate soluções para financiamento climático”. **G-20 Brasil**, 9 abr. 2024.

“FORÇA-TAREFA para mobilização global contra a mudança do clima”.**G-20 Brasil**, 20 jul. 2024.

HIRST, Monica; MACIEL, Tadeu. “Brazil’s foreign policy in the time of the Bolsonaro government”. **SciELO Preprints**, set. 2022.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. “O estilo Bolsonaro de governar e a política externa”. **Boletim OPSA**, n. 1, p. 15-21, jan./mar. 2019.

LIMA, Maria Regina Soares de. “A dialética da política externa de Lula 3.0”. **Revista Cebri**, n. 5, p. 79-95, mar. 2023.

LIMA, Maria Regina Soares de; IVES, Diogo. “Political challenges in implementing foreign policy by the third Lula administration”. **Revista Cebri**, n. 9, p. 103-122, jan./mar. 2024.

“LOGOMARCA TRADUZ o compromisso brasileiro com a cooperação global e diversidade”. **G-20 Brasil**, 30 nov. 2023.

LOPES, Dawisson Belém. “Um novo tempo, apesar dos perigos”. **Insight Inteligência**, 2 nov. 2023.

MENEZES, Roberto Goulart, BARBOSA JÚNIOR, Ricardo. “Environmental governance under Bolsonaro: dismantling institutions, curtailing participation, delegitimising opposition”. **Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft**, v. 15, p. 229-247, ago. 2021.

MIGUEL, Jean Carlos Hochsprung. “A ‘meada’ do negacionismo climático e o impedimento da governamentalização ambiental no Brasil”. **Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, p. 293-135, abr. 2022.

“O BRASIL NO G20 e a liderança na transição energética”. **G-20 Brasil**, 30 maio 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. “Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro”. **Relações Internacionais**, n. 64, p. 117-137, dez. 2019.

WAISBICH, Laura Trajber. “A política externa da reconstrução: insumos para análise da política externa brasileira desde 2023”. **Revista Cebri**, n. 9, p. 58-79, maio 2024.

Recebido e publicado em novembro de 2024.